

DOCUMENTO SINTESE SOBRE ALGUNS PONTOS DEBATIDOS E APROVADOS
NA ASSEMBLEIA NACIONAL DE MILITANTES (27/28 de JULHO)

DEFINIÇÃO DA LINHA POLITICA DO M.E.S.

1. INTRODUÇÃO

Este documento pretende ser uma base de reflexão politica a realizar no interior do M.E.S.. Reune os vários pontos que tendo sido debatidos na Assembleia (no pt.2 da O.T.) foram aprovados na generalidade. É evidente que estes pontos não preenchem de forma alguma os vários aspectos de definição da linha politica do M.E.S., como de resto foi várias vezes afirmado na Assembleia.

Não se incluem nesta sintese os pontos referentes às relações do M.ES com o MFA, o Governo Provisório e o MDP. Não se inclui a definição clara dos objectivos tácticos do M.E.S. neste momento. É necessário que estas questões sejam debatidas a todos os níveis do Movimento.

Os pontos que se seguem não são portanto mais do que uma base de trabalho. Será importante que os vários núcleos e sectores de intervenção vão elaborando textos que resultem do debate por eles realizado sobre a definição da linha politica.

Estes textos serão divulgados e debatidos no interior do Movimento contribuindo para o avanço da definição da linha politica.

Apenas desta forma poderemos até ao Congresso de Outubro/Novembro vencer dificuldades que surgiram na Assembleia de Militantes de 27/28 de Julho.

1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- a) O M.E.S. propõe-se contribuir para a tomada do poder pelos trabalhadores, dirigidos pela classe operária, para a destruição do aparelho de Estado burguês e substituição pela institucionalização da dominação proletária, em todos os aspectos (políticos, económicos, sociais e culturais), como forma de caminhar para a sociedade sem classes, a sociedade comunista.
- b) O M.E.S. propõe-se contribuir para uma sociedade socialista, ou seja uma sociedade onde a direcção politica não possa ser instrumento de dominação sobre os trabalhadores; uma sociedade na qual os trabalhadores detenham o controle dos meios de produção e na qual a produção vise a satisfação das necessidades de todos e não as várias formas que o lucro possa assumir; uma sociedade onde a cultura seja construída por órgãos colectivos de criação e gestão e não seja mercadoria consumida no interesse de meia dúzia de privilegiados.

2. TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA ACTUAL CRISE

A situação de crise do capitalismo nacional insere-se numa situação de crise do capitalismo internacional, que resulta da incapacidade da burguesia em utilizar o aparelho produtivo para extrair uma taxa de lucro que lhe permita prosseguir a acumulação do capital e, simultaneamente, pacificar a classe operária satisfazendo-lhe um mínimo de necessidades.

Essa crise manifesta-se pela manutenção da inflação, pelos conflitos inter-imperialistas, pela estagnação económica e pelo reforço das formas autoritárias de que se revestem os estados burgueses.

O reflexo desta crise em Portugal verifica-se fundamentalmente na crise do desenvolvimento capitalista e na guerra colonial, a qual reproduz o conflito das burguesias nacional e internacional, a necessidade do controle das fontes de matérias primas por parte da burguesia, a agudização dos conflitos de classe resultantes da exploração e opressão coloniais.

Esta situação gerou a intensificação da luta de classes em Portugal, e, por outro lado, a impossibilidade da manutenção da exploração dos trabalhadores e das riquezas das colónias, sustentada pela guerra colonial.

O 25 de Abril tenta dar uma resposta ao impasse histórico criado pela politica colonial, demonstrado pelas vitórias dos Movimentos de Libertação. Num estado autoritário e assente nas Forças Armadas, a impossibilidade de uma vitória militar levou as Forças Armadas a tentar dar uma solução à guerra colonial pela transformação do regime político vigente.

A crise política nacional consequente caracteriza-se por:

- a) Um poder de estado dividido em vários centros de poder (Junta, Governo Provisório, M.F.A.) dentro dos quais e entre os quais existem contradições, e que não exprime neste momento a vontade directa da fracção dominante do capital, o que se manifesta nos conflitos existentes no próprio Governo Provisório;
- b) Pela inexistência de propostas alternativas por parte dos aparelhos partidários do Governo, facilitada por certa despolitização e desorganização das classes trabalhadoras;
- c) Uma incapacidade, por parte da classe dominante, de dar resposta à luta reivindicativa dos trabalhadores e à crise económica;
- d) A existência de formas de expressão democráticas, e a conquista de uma maior margem de manobra dos trabalhadores, que dificilmente poderão coexistir com o autoritarismo exigido pela actual fase de exploração capitalista.

Este conjunto de circunstâncias gera objectivamente:

- a) A possibilidade de desaparecimento em Portugal das unidades de produção actualmente controladas pelo capital estrangeiro (electrónica, vestuário, montagem de automóveis) bem como a inevitabilidade de reconversão da economia;
- b) O desemprego, que implica uma reconversão capitalista da produção ;

O que acrescido ao eventual repatriamento de tropas e ao regresso dos emigrantes (ligado à crise internacional do capitalismo) provocará, apesar de certo reinvestimento e da crescente intervenção do Estado, uma crise de desemprego e a manutenção de uma alta taxa de inflação, que fará baixar o salário real, o que portanto tornará possível o confronto entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes possuidoras dos bens de produção.

3. TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA ACTUAL FASE DA LUTA DE CLASSES (=)

Após o 25 de Abril, as duas forças sociais fundamentais a analisar são:

1 - a) A grande burguesia, representada sobretudo pelo capital financeiro, que tenta agir no interior do M.F.A., apoiando-se nas forças militares reacçãoárias para impôr uma solução neo-colonialista e continuar aqui a exploração capitalista. O primeiro Governo Provisório consolida a aliança das organizações reformistas - P.C., P.S., M.D.P. - e P.P.D., apoiando-a na reconstrução capitalista e possíveis vias neo-colonialistas.

b) Dada a composição heterogénea do MFA, as forças mais progressistas nele representadas, a fim de controlar este processo e assegurar o seu programa, e propôr imediatamente novas medidas de resolução da questão colonial, formam o segundo Governo Provisório, pondo-se na eventualidade de terem de se opôr directamente à luta dos trabalhadores.

2 - O proletariado -

a) Com o 25 de Abril, as forças dominantes propõem a luta anti-fascista em ordem à construção da democracia burguesa, que significa simultaneamente, a consolidação do sistema capitalista. Face a isto a luta verdadeiramente democrática é anti-capitalista, é a luta pelo socialismo; o sujeito histórico deste processo é fundamentalmente o proletariado.

O proletariado português caracteriza-se pela sua extrema fraqueza política que se traduz a vários níveis (debilidade organizativa, sindical, e de estruturas autónomas).

b) Dada a sua passividade e falta de organização de classe, as organizações reformistas - P.S., MDP e sobretudo PC - tentam e conseguem controlar, muitas vezes, as movimentações espontâneas através dos aparelhos sindicais.

3 - No campo -

O grau de exploração varia com a divisão, formas de organização e dimensão da propriedade. A camada social revolucionária é constituída pelo assalariado rural.

Formas autónomas de luta têm-se verificado numa tentativa de controle dos sindicatos pelas massas trabalhadoras e sua independência em relação às organizações partidárias, e de ocupação das Casas do Povo.

≡ Este ponto foi considerado muito incompleto. Foi destacada a necessidade de aprofundar no interior do MES o debate sobre a luta de classes no campo.

4. Luta Anti-colonial. a burguesia tenta definir novas formas de exploração colonial. As manobras neo-colonialistas, são no entanto desmas- caradas pela força dos movimentos de libertação e de algumas organizações políticas e forças progressistas reivindicando a independência completa e opondo-se às manobras neo-colonialistas que a via de autodeterminação e o referendo preparavam.

4. PONTOS DE AGLUTINAÇÃO DAS LUTAS.

A luta política só será consequente se fôr uma luta Política de Massas. Uma luta de massas é a capacidade de, a partir de um conflito parcial, desencadear um processo, alargando a luta a outros sectores, que a aglutine e unifique na prossecução de interesses comuns.

Não se pode definir uma linha Política de Massas sem definir organização Política de Massas.

O que caracteriza uma organização política de massas, é conseguir definir palavras de ordem adequadas a cada situação concreta, e influenciar organizadamente essas movimentações.

Para definir linha Política de Massas é preciso considerar:

1º qual a fase actual da luta de classes, perspectivar o seu desenvolvimento, pesando a capacidade de intervenção da burguesia;

2º quais as alianças de classe a construir, o que não significa necessariamente alianças com este ou aquele partido;

3º qual o papel das forças armadas, num processo em que a importância da guerra colonial não distânciava necessariamente no tempo, a revolução Socialista.

A linha Política de Massas revela os aspectos globalizantes das lutas, parcelareá, referenciando-os a um projecto político comum.

Caracteriza-se por:

1. favorecer a organização da luta dos trabalhadores; para que permaneça como contrapoder à repressão da exploração capitalista

2. Assegurar um constante combate à reacção, ao nível político e ideológico

3. defender os interesses das classes trabalhadoras

5. ALIANÇAS DE CLASSE

Terá que residir no proletariado rural e urbano, a base social dum projecto político socialista em Portugal, estando criadas condições para que esse projecto se vá constituindo e afirmando na luta de massas.

A existência dum semi-proletariado rural (incluindo, designadamente, os agricultores isolados não patrões) e dum crescente sector de assalariados do sector de serviços impõem a necessidade de unificar a luta destes sectores com a do proletariado, garantindo a este a hegemonia nos processos e nas propostas que a luta de massas vá desenvolver.

Considera-se, ainda, que dado o papel das F.A. na actual situação política e ao papel que os soldados e marinheiros nelas desempenham, é fundamental forjar a partir dos seus interesses de classe uma unidade entre estes sectores e o proletariado, de modo a garantir que as forças armadas não se transformem num instrumento de repressão das lutas dos trabalhadores mas, pelo contrário, os soldados possam, progressivamente, vir a apoiá-las.

6. PERSPECTIVAS DE LUTA NOS VÁRIOS CAMPOS DE INTERVENÇÃO

A. LUTA FABRIL

Neste momento se:

a) o proletariado português se encontra numa situação de grande fraqueza política e organizativa

b) o momento democrático que vivemos é transitório

c) as liberdades democráticas não são um fim em si, mas apenas um meio através do qual se pode reforçar a organização e a luta das classes trabalhadoras contra à exploração e a repressão capitalistas.

-Torna-se fundamental articular as formas de luta anti-capitalistas numa perspectiva imediata política e saber em cada momento introduzir as perspectivas políticas que dêem conteúdo às reivindicações de tipo económico.

PARA ISSO É NECESSÁRIO:

-Uma forte organização operária nos locais de trabalho, como único meio de responder à inevitável reconversão capitalista.

Não é possível no campo meramente sindical responder a este processo de reconversão capitalista da produção. Só a colocação da luta de empresa como uma confrontação de poder pode levar a respostas eficazes aos efeitos principais desta reconversão, os despedimentos, o aumento dos ritmos e cargas de trabalho, a desqualificação profissional,...

A única forma de os trabalhadores portugueses não virem a pagar com esforços redobrados e com miséria a reconversão capitalista, que a actual crise política torna inevitável é a de construir desde já uma sólida organização autónoma nos locais de trabalho e imporem formas de fiscalização e controle da acção do patronato, nomeadamente no que diz respeito aos despedimentos, às horas extraordinárias, às mudanças de secção e de lugar e à utilização dos lucros.

- Lutar contra o agravamento da exploração numa perspectiva global. Isto é:
 - a) Ligando-na luta travada no local de trabalho - a defesa e o aumento dos salários reais com a redução do horário de trabalho e com a recusa do aumento dos ritmos e cargas de trabalho.
 - b) lutando fora do local de trabalho pela defesa das conquistas salariais.
 - c) Denunciando o prolongamento dessa exploração numa habitação, em transportes e numa assistência médica ao serviço do lucro.
- Lutar contra os despedimentos numa perspectiva que unifique a auto-defesa das lutas com a resposta trabalhadora ao processo de reconversão capitalista. Isto é;
 - a) Tentar impedir todo e qualquer despedimento, sendo para tal fundamental o avanço no sentido da criação de contra-poderes nos locais de trabalho.
 - b) No caso em que os despedimentos resultem das necessidades objectivas da reconversão capitalista, impor a garantia do salário até à obtenção de novo emprego em condições idênticas às anteriores.
 - c) Não hesitar em ocupar os locais de trabalho e tomar nas mãos a produção e assegurar momentaneamente a subsistência nos casos em que as manobras do patronato chegam ao despedimento em massa ou ao encerramento da empresa, desde que a empresa não esteja votada ao desaparecimento neste tipo de sociedade.
- Utilizar na prática a greve como arma fundamental de luta, como uma arma que sempre levou e levará os trabalhadores a conquistas efectivas.

B - LUTA SINDICAL

Num momento em que uma massa enorme de trabalhadores nasce para o sindicalismo, e em que existem novas condições para o desenvolvimento da luta sindical é fundamental não minimizar o papel da luta sindical na luta de classes em Portugal.

É necessário avançar decisivamente para um sindicalismo de base, organizado democraticamente, controlado em todos os aspectos pelos trabalhadores e que sirva para formar e fortalecer a consciência política dos trabalhadores, o que só será possível se tiverem presentes e se forem percebidas em cada luta as limitações da acção sindical.

É necessário, por outro lado, alargar essa experiência de luta sindical a todos os níveis e concretamente à Intersindical de modo a construir a partir da base uma corrente sindical não-refomista, não-controlada partidariamente, uma corrente que avance para um sindicalismo operário e autónomo, virado para a efectiva defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores.

O M.E.S. atribui, portanto, a maior importância, neste momento, à criação e fortalecimento de uma estrutura nacional, que aglutine todos os militantes sindicais capazes de avançar uma corrente sindical forte e unificada, não controlada partidariamente, claramente dirigida pelos trabalhadores e subordinada aos seus interesses de classe.

C. A LUTA A NÍVEL LOCAL

É necessário neste momento, dar especial atenção à necessidade de um enorme esforço de formação política do proletariado português, de formação de militantes operários, e para tal é fundamental a consciência que os trabalhadores têm da debilidade política da sua organização.

Parece que a criação de centros de iniciativa política nas zonas de habitação operária será um passo decisivo para cobrir essa necessidade. Estes centros teriam de conjugar um trabalho alargado de permanente informação e debate político, com um trabalho mais restrito e intensivo destinado à formação de militantes operários.

Este tipo de intervenção aponta ainda para o facto de nele poderem confluír militantes com práticas políticas diversas. Os processos reivindicativos a nível das zonas de habitação operária poderão e deverão ser enriquecidos com aquela confluência, tornando-se assim no terreno privilegiado de unificação das práticas políticas de militantes da classe operária e de outros sectores sociais.

Por outro lado, haverá que atender à necessidade de uma articulação constante dos processos reivindicativos, do trabalho cultural (que exprima uma cultura popular autónoma e torne possível a criação de espaços de discussão não controlados ideologicamente pela classe dominante) e de intervenção mais marcadamente política. Da ligação destes 3 factores depende a concretização e o avanço das movimentações e da organização autónoma dos moradores em ordem a conquistas efectivas que se traduzam:

- no amadurecimento de uma consciência anti-capitalista
- no fortalecimento de estruturas de organização de base a nível local
- na redução da margem de manobra que a opressão capitalista, das mais variadas maneiras, institui nas zonas de habitação operária.

D. LUTA NO CAMPO

1. Movimentações nos campos

A combatividade popular nos campos tem-se baseado sobretudo nos assalariados rurais e centra-se fundamentalmente em:

- reivindicações económicas (salários, faltas, férias, garantia de trabalho, regalias, etc.)
- e a par disso, esforços organizativos que levaram à ocupação das Casas do Povo (espontaneamente reconhecidas como grande instrumento de divisão e opressão dos trabalhadores rurais no fascismo) para as transformar em sindicatos livres dos Trabalhadores Agrícolas.

Por outro lado vão surgindo questões teóricas e práticas ligadas à situação dos pequenos proprietários agrícolas, sector que se torna indispensável organizar, ensaiando formas cooperativas, etc.

2. Os factos fundamentais que determinam toda a acção no campo são os seguintes:

- a situação de sobreexploração a que está sujeita a generalidade dos assalariados rurais
- a impossibilidade de a actual estrutura de divisão da propriedade e de exploração da terra satisfazer as mais elementares necessidades dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários que não vivem da exploração da força de trabalho alheio.

3. A reconversão da agricultura numa perspectiva capitalista - no que respeita à propriedade e organização da produção e distribuição - acabará por fazer que os trabalhadores assalariados do campo e os que trabalham por conta própria suportem os custos dessas alterações.

Impõe-se a clara definição de uma estratégia anti-capitalista que li-gue:

- as lutas dos assalariados rurais
- a luta conduzida pelo proletariado e
- a acção política junto dos pequenos produtores individuais no sentido estes enveredarem pela exploração colectiva

4. Sindicatos agrícolas e unificação dos esforços

A organização dos sindicatos agrícolas tem de ser enquadrada nesta perspectiva. Não se trata de uma intervenção que se centre na defesa da elevação do preço da força de trabalho (incluindo o controle do sistema de Previdência rural) mas igualmente de saber discutir na base e elaborar as reivindicações quanto a alterações de fundo nas condições de trabalho e produção nos campos.

Dai que se avance numa proposta de realização de um Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais e militantes do M.E.S. ligados aos problemas do campo, nas várias regiões de influência do M.E.S.

E. LUTA ESTUDANTIL

Neste momento colocam-se aos estudantes importantes perspectivas de trabalho político que se podem consubstanciar na palavra de ordem "por uma ligação efectiva à luta dos trabalhadores". Esta ligação passa, por dois momentos de luta, que, se bem que distintos, se completam.

1º Luta contra a função social da escola capitalista - formação de quadros médios e superiores de gestão do capital, em todos os campos de dominação da burguesia (económico, político, militar, ideológico). Esta luta assume neste momento uma importância fundamental, pois a escola encontra-se numa fase de reconversão que lhe permita responder às necessidades do desenvolvimento capitalista. É essa reconversão que é necessário combater, denunciando o conteúdo de classe do ensino impedindo a pacificação do grupo estudantil e criando espaços de poder estudantil numa base progressista.

2º Romper os muros da escola, quer ligando os conteúdos do ensino aos conflitos sociais, quer saindo das escolas de modo a permitir que a força das movimentações estudantis se articule com os trabalhadores no apoio às suas lutas de fábrica e sindicais, à luta urbana, à luta no aparelho militar, à luta anti-colonial. Trata-se, enfim, de colocar os militantes estudantis, numa base alargada, em contacto e ligação com as movimentações das classes trabalhadoras em ordem à sua formação de militantes políticos e ao apoio à luta global da classe operária.

Para que esta perspectiva de ligação aos trabalhadores se concretize numa base alargada e organizada, num momento em que se antevê um crescimento das suas lutas autónomas, face à crise capitalista que se avizinha (luta contra os despedimentos e os ritmos de tra-

balho , lutas de habitação, lutas de recusa da guerra de soldados e marinheiros, etc...), definidos como pontos importantes da nossa intervenção:

A NÍVEL INTERNO:

- a) uma ligação efectiva com os outros sectores do M.E.S. (particularmente com as Comissões Operárias de Zona) de forma a garantir um enriquecimento político e uma maior dinâmica do M.E.S., e uma participação mais clara dos militantes estudantis na sua definição política.
- b) Discussão política interna de forma a tornar coesa a nossa intervenção, quer nos aparelhos escolares, quer na luta política global.
- c) Alargamento da nossa prática para além de Lisboa, particularmente no Porto (onde se inicia já um trabalho político estudantil na perspectiva do M.E.S.) e Coimbra (onde o arranque parece mais difícil). Sem esse alargamento, uma real interferência dos militantes estudantis nos diversos sectores do M.E.S. raramente ultrapassará a zona de Lisboa.

A NÍVEL ALARGADO:

-aproveitamento dos processos de reestruturação que estão em curso nos aparelhos escolares, para instituir estruturas alargadas (de turma, de curso, de ano ou de escola) que utilizem os impulsos teóricos e práticos do grupo estudantil, para uma permanente ligação às lutas concretas dos trabalhadores.

E: LUTA ANTI-COLONIAL

No que diz respeito à intervenção anti-colonial, considera-se que se:

- a) O momento político que vivemos tem a sua origem fundamental nas vitórias alcançadas pelos povos das colónias.
- b) Nas colónias, como aqui, a luta dos trabalhadores é contra a exploração e a opressão capitalista e contra um mesmo inimigo - a burguesia - ainda que nas colónias a exploração seja mais intensa e a opressão da burguesia mais violenta.
- c) A guerra colonial é uma guerra de repressão da justa luta dos trabalhadores e dos povos das colónias pela libertação do jugo capitalista.
- d) Os trabalhadores portugueses têm sido obrigados a participar nesta guerra, têm sido obrigados a morrer nesta guerra; têm-na suportado materialmente com o seu trabalho;

então, a luta dos trabalhadores portugueses terá que integrar a luta anti-colonial, não só porque essa é uma questão que lhes diz directamente respeito, mas também porque do seu tratamento correcto depende o avanço da sua própria luta contra a exploração e opressão capitalista.

Mas será errado tentar avançar para uma acção operária anti-colonial específica, o caminho tem de ser o de partir das questões operárias concretas para a luta anti-colonial, nomeadamente, a recusa de participar na guerra, e a todo um trabalho de esclarecimento político acerca do colonialismo português, do verdadeiro significado da guerra colonial e das actuais manobras neo-colonialistas.

Neste campo, consideram-se correctas as perspectivas de luta enunciadas pela "Declaração anti-colonial do M.E.S.", salientando-se no entanto, a necessidade dos militantes de M.E.S. darem saídas práticas às afirmações de princípio e de fundamentar uma intervenção anti-colonial de facto.